

# Em Pauta

O processo legislativo do Senado a serviço da cidadania

13 a 17 de agosto de 2007 – Nº. 15

## O Senado e o desenvolvimento econômico

---

O Senado Federal está trabalhando com uma pauta de projetos que dizem respeito diretamente ao crescimento da economia e ao aperfeiçoamento das instituições. São temas que estão sendo permanentemente acompanhados pelos setores produtivos, analistas e tomadores de decisão. Entre 25 de maio deste ano até a semana passada, foram apreciadas 207 matérias, das quais 191 terminaram aprovadas.

Nesse ritmo, o Plenário do Senado Federal aprovou, na semana passada, o projeto de lei complementar 43/07, que alterou dispositivos do Supersimples, regime especial de tributos que beneficiará mais de 1,5 milhão de micro e pequenas empresas.

Da Ordem do Dia, por exemplo, consta o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 412/2003, que trata da reformulação das atribuições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que passaria também a examinar a concorrência no sistema financeiro.

Destacamos também na Ordem do Dia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57/2004, que reduz gradualmente, a alíquota da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) até transformá-la em contribuição permanente, com alíquota máxima de 0,08%, a partir de 1º de janeiro de 2008. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 42/2007 é outro item relevante, porque estabelece diretrizes para uma política de valorização contínua do salário mínimo, entre 2008 e 2023.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), chamamos a atenção para a PEC nº 81/2003, que propõe a constitucionalização de princípios para as agências reguladoras, condição básica para melhorarmos a segurança jurídica no País. Além disso, na CCJ tramitam O PLS nº 32/2006, que pretende modernizar a legislação cambial e a PEC nº 12/2006, que institui um novo modelo para os precatórios, um dos grandes impasses financeiros atuais vividos entre o Poder Executivo, sobretudo dos Estados e Municípios, e milhares de credores no Brasil inteiro.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi aprovado nesta última terça-feira o PLC 115/06, que assegura maior rapidez na abertura de empresas, por meio da criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIN). A matéria irá para decisão final em plenário. Estima-se que, com a aprovação desse projeto, o processo de abertura de empresas seja concluído em até 15 dias.

A CAE também aprovou nesta terça empréstimo do BNDES de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento de pequenas e médias empresas.

Em razão do alcance econômico e social dessas matérias que são aprovadas no Plenário e comissões do Senado, é fundamental a sua divulgação junto às instituições e à sociedade, para que seja democratizado o espaço da informação e reduzidas as incertezas na tomada de decisão.